

A inflação de junho, no Rio e em São Paulo, já alcançou 25%

por Vera Saavedra Surdão
do Rio

Com uma variação média no mês próxima dos 40%, os alimentos já impulsionaram a inflação de junho para a casa dos 25%, conforme resultado da apuração das quatro semanas de coleta no Rio (24,2%) e em São Paulo (25,3%), baseada na ponderação do mês-base (outubro de 1987), da nova Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Surpreendentemente, como admitiu o próprio presidente do instituto, a este jornal, na sexta-feira, o número apurado com base na POF de 1974, em simulação do IBGE, para as quatro semanas Rio/São Paulo, foi menor: 24,8%, mesmo tendo um peso 10 pontos percentuais acima da POF nova, para o grupo alimentação (43%). A nova ponderação foi implantada neste mês, após a Medida Provisória nº 66, baixada pelo governo.

Charles Curt Mueller evitou fazer previsão para a taxa final de junho, a ser conhecida na próxima sexta-feira. Faltam ainda oito regiões metropolitanas a serem apuradas e algumas do Norte e Nordeste, como Belém e Salvador, estavam acusando altas relevantes nos alimentos, em razão do descongelamento, conforme informaram fontes dos supermercados. No entanto, São Paulo e Rio abarcam mais de 60% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC).

As expectativas são de uma inflação na casa dos 25%. O número preliminar das quatro semanas Rio/São Paulo pode sofrer alterações, não só em função das regiões metropolitanas, mas por causa da introdução da base móvel nas ponderações dos produ-

tos coletados na sua apuração final. Ou seja, como explicou Mueller, os pesos bases de 1987 dos grupos alimentos, itens e subitens, podem mudar para mais ou para menos caso apresentem uma variação acima da média dos preços no mês.

Pelos números preliminares levantados pelo IBGE, os alimentos certamente terão sua ponderação ampliada em junho (o que indica influência maior sobre a taxa), uma vez que o grupo alimentação subiu, em média, nas duas regiões, 36%, sendo 39% em São Paulo e 31% no Rio. Por outro lado, o vestuário, que teve ampliada sua ponderação na nova POF (de 8 para 12%), vem sinalizando variação inferior à média, de 23,3%, podendo ter peso menor e compensar assim a alta dos gêneros alimentícios. Transportes foi outro grupo que se situou na parcial acima da média (25,1%) e habitação, abaixo (10,1%), gerando novas compensações.

Em julho, as expectativas são de uma nova subida da inflação. Os primeiros balizamentos de economistas ligados ao Ministério da Fazenda projetam uma taxa entre 28,5 e 29,5%, enquanto consultorias privadas sinalizam numa faixa entre 28 e 30%. A Macrométrica, do economista Francisco Lopes, não sinaliza estabilização da taxa a curto prazo, mas a manutenção de um ritmo gradual e ascendente dos preços no ano. Lopes projeta uma taxa de 45% para dezembro e prevê que o presidente Sarney deverá passar o governo a seu sucessor numa conjuntura inflacionária ao nível dos 50%, taxa tecnicamente considerada hiperinflacionária.

O economista não crê em novos saltos abruptos do IPC, como ocorrerá de maio para junho, quando o

indicador pulará de 10% para um número acima de 25%, ou seja, 15 pontos percentuais a mais. Uma nova disparada dos preços dependerá, como observou Lopes, da competência dos ministros da área econômica em administrarem a crise. "O importante é evitar o pânico e os erros de política econômica", disse. Ele não tem dúvidas de que o País vive um processo gradual de "erosão", capaz de desembocar de uma hora para outra numa hiperinflação. "O que pode tornar explosiva a conjuntura é uma crise cambial. Se o governo decreta uma maxi-desvalorização do cruzado, ou libera o câmbio, a coisa explode", alerta Lopes. Um novo "choque" com congelamento é também

encarado pelo economista como uma medida "desastrosa" no contexto atual. "Os efeitos de um 'choque' atrás do outro são imprevisíveis", adverte.

Lopes recomenda, para evitar a hiperinflação, uma receita em que os principais ingredientes são: evitar o pânico, não mudar ministros, corrigir gradualmente tarifas e câmbio e seguir reindexando naturalmente a economia pelo BTN. Para o economista, a hiperinflação, com base nestas normas simples, pode ser adiada. A saída para a crise no próximo ano, porém, é política e vai depender do novo presidente. "Ao assumir, o novo governo terá que fazer urgentemente uma reforma monetária", concluiu.